

---

# Algumas Reflexões sobre a Sociedade da Informação

Further Reflections about the Information Society

Paulo Roberto Tremacoldi<sup>1</sup>, Embrapa

## Resumo

Este trabalho traça um panorama sobre alguns aspectos das tecnologias de informação vinculados ao contexto socioeconômico e cultural contemporâneo e propõe um conjunto de reflexões. Aborda o capitalismo pós-industrial e as tecnologias de informação num cenário de globalização econômica e cultura, avaliando a configuração atual como uma sociedade de controle e concluindo com a necessidade imperiosa de uma maior confluência e discussão acerca do conhecimento tecnológico e da condição humana.

**Palavras-chave.** tecnologia de informação; infotelecomunicações; capitalismo; globalização; sociedade de controle.

## Abstract

This paper presents an overview of some aspects of information technology related to contemporary socioeconomic and cultural context and proposes a set of reflections. Addresses the post-industrial capitalism and information technology in a scenario of economic globalization and culture, evaluating the current configuration as a control society, and concluding with the urgent need for greater convergence and discussion of technological knowledge and the human condition.

**Keywords.** information technology; infotelecommunications; capitalism; globalisation; control society.

## 1. Introdução

Este trabalho pretende oferecer um panorama sobre algumas das possibilidades de reflexão acerca de aspectos das tecnologias de informação (TIs) relacionados ao contexto socioeconômico e cultural contemporâneo. Desde a década de 1970, os processos informacionais vêm se constituindo como a base técnica para que o modo de produção capitalista redirecionasse seu foco, até então sobre a produção, em direção aos serviços e ao seu suporte ideológico-cultural. A entrada do capitalismo nessa *lógica cultural*, pós-industrial, da abstração do capital e das mercadorias *sem peso* proporcionou o advento da chamada *sociedade de informação* – ou, ainda, *sociedade pós-industrial* ou *sociedade pós-moderna* – sobre a qual muitos estudiosos da filosofia e das ciências sociais têm se debruçado.

Qualquer que seja a filiação teórica desses estudos, há um ponto em comum a todos eles: o de que as mudanças no sistema capitalista só se tornaram, e continuam se tornando possíveis graças ao suporte técnico-computacional. Algumas das entradas neste trabalho para a reflexão sobre essa nova realidade serão, então, as interconexões entre o capitalismo pós-industrial e a sociedade de informação, as grandes redes de informação intra e inter empresas e países, o gigantismo das corporações de comunicação, espalhando informação (publicidade, entretenimento, telejornalismo, etc.) pelo mundo, as questões éticas e de controle social trazidas pelas TIs aplicadas à comunicação, economia, política, engenharia genética e, finalmente, algumas reflexões sobre a possibilidade de emancipação humana via tecnologia.

---

<sup>1</sup>Mestre. Analista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa (Campinas-SP).

## 2.0 Capitalismo pós-industrial: a informação como bem

O quadro de referências da vida contemporânea vem se alterando bruscamente no compasso da hipervelocidade, do que Paul Virilio chama de *aceleração total* (VIRILIO, 1999), possibilitada pelo desenvolvimento extremo da tecnologia. A transmissão imediata de dados, imagens e vozes, por meio de avançados dispositivos e sistemas tecnológicos, suplanta toda e qualquer fronteira, todo e qualquer limite. O fluxo global de mercadorias, serviços e idéias consagra o mercado de consumo como eixo do modo de produção hegemônico. Na obsessão pelo domínio universal, o capitalismo apóia-se em políticas econômicas e modelos de gestão social que celebram a produtividade, a competitividade, a qualidade total, a privatização e, sobretudo, a lucratividade como bens supremos. Tudo parece ínfimo diante das metas hiperbólicas das corporações estratégicas – inclusive as massas de excluídos que, submetidos à onda neoliberal, vêm-se apartadas da fruição dos benefícios materiais.

Ao se falar em técnica ou em tecnologia associadas ao capitalismo, um dos campos de expressão desse par que mais tem animado a reflexão crítica nas Ciências Sociais é o das tecnologias de comunicação. Na década de 40, Adorno e Horkheimer foram pioneiros ao fazerem a correlação entre obras (então nascentes) de entretenimento para fruição pelas massas e lógica capitalista. Obras essas que se utilizavam de técnicas recém-descobertas naquele momento: principalmente, o cinema e a gravação de músicas num meio reproduzível. Esse modo de apropriação de tecnologias de comunicação com vistas à dominação capitalista, *mobilizando* (ROBINS; WEBSTER, 1988) as pessoas para a extração de mais-valia - ao qual aqueles autores deram o nome de *indústria cultural* (ADORNO; HORKHEIMER, 1985) -, estava intimamente ligado a uma fase justamente industrial do capitalismo e, de forma mais ampla, à modernidade.

Já na contemporaneidade, mais especificamente a partir dos anos 70, o modo de acumulação capitalista começa a se alterar com a intensa internacionalização do capital e sua concentração no setor de serviços. As tecnologias de comunicação, por sua vez, passam por uma renovação que dá origem à circulação informacional por redes computacionais extremamente amplas e complexas. Como uma das facetas do processo de informacionalização e de globalização econômica, essas redes passam, no final da década de 80, a ser utilizadas também como mídia de entretenimento e consumo. Surge a Internet que, ao lado dos veículos tradicionais de massa ligados ao modelo da indústria cultural e que ainda têm muita penetração, vem se consolidando nessa virada de século como uma nova mídia. Diferente, porque contém componentes inéditos de interatividade e segmentação, mas que não pode deixar de ser vista como mais um instrumento de mobilização das pessoas para os objetivos capitalistas, já que está recebendo investimentos maciços do grande capital. Porém, não instrumento do mesmo tipo das mídias tradicionais, nem instrumento da mesma mobilização de caráter massificado, moderno, própria da fase industrial do capitalismo, mas sim, um meio que atua por vias diferentes e que expressa um tipo emergente de mobilização capitalista - ligado ao novo estatuto do capital e da tecnologia - que é mais difuso e, por isso mesmo, pertencente ao que alguns autores chamam de *pós-modernidade*. Não há, ainda, outro conceito analítico tão forte como o de indústria cultural para dar conta dessa nova mídia.

A partir da reflexão sobre essas mudanças que tomaram corpo na segunda metade do século XX, a teoria sociológica vem tentando complexificar e/ou renovar seus referenciais de análise. Em meio a toda essa tentativa de construção de conceitos, há um certo consenso de que o capitalismo entrou numa fase diferente daquela na qual o capital industrial era o único motor do sistema. Essa idéia surgiu na virada da década de 60 para a de 70, através dos livros de Daniel Bell e Alain Touraine, que anunciavam a *sociedade pós-industrial* (BELL, 1973; TOURAINE, 1969). As principais características dessa nova sociedade seriam: 1) a perda do papel dominante na economia pela indústria; 2) queda da proporção de trabalhadores manuais e aumento de profissionais com conhecimento técnico, ou seja, o conhecimento assume um lugar central nas decisões políticas e econômicas, e 3) as tecnologias empregadas são cada vez menos tecnologias de produção e lidam cada vez mais com a informação.

Dada a importância assumida pela característica de preponderância das tecnologias de informação e comunicação, a sociedade pós-industrial passou a ser chamada de *sociedade de informação* alguns anos mais tarde, devido a uma reformulação do próprio Daniel Bell. Como reação a esse conceito, que foi considerado expressão da ideologia burguesa por ser excessivamente otimista em relação

à tecnologia, teóricos marxistas elaboraram o conceito de *pós-fordismo*, que se concentra mais nas mudanças econômicas atreladas às tecnológicas, de forma crítica. Surgem, ainda, as abordagens *pós-modernas*, que não se constituem propriamente numa teoria, mas na idéia de uma mudança mais radical de paradigma para expressar uma ruptura e uma superação da modernidade. Ela é mais abrangente e tem uma aproximação mais relacionada à cultura, embora tenha interfaces com o pós-fordismo e com a idéia de sociedade de informação (KUMAR, 1997).

Essa classificação de Krishan Kumar é útil para percebermos grandes tendências, mas existe ainda uma multiplicidade de abordagens sobre a contemporaneidade, que contemplam nuances e recombinações dessas três correntes principais. Só para citar alguns autores, não podemos esquecer de Anthony Giddens e sua *modernidade reflexiva* ou *alta modernidade* (GIDDENS, 1990), da *modernidade radical* de Habermas (HABERMAS, 1992), da mescla de moderno com pós-moderno, sociedade de informação com pós-fordismo, resultando na *acumulação flexível* de David Harvey (HARVEY, 1993) e, mais recentemente, da *sociedade em rede* de Manuel Castells (CASTELLS, 1999). Isso sem contar a vasta bibliografia que começou a ser produzida no final dos anos 80 sobre um dos aspectos da nova configuração do capitalismo, qual seja, a globalização.

Deixando a discussão sobre as implicações teórico-metodológicas de cada conceito para um trabalho posterior, podemos afirmar, por ora, que as tecnologias de informação – suporte e vetor do capitalismo contemporâneo – gerenciam o capital, então, de duas maneiras básicas: tanto no que diz respeito ao processo técnico-operacional das empresas quanto à sua estratégia macro-econômica. Em relação ao primeiro aspecto, para autores como Boaventura de Sousa Santos, por exemplo, há uma nova divisão internacional do trabalho através da globalização da produção baseada em corporações multinacionais, que são os agentes-chaves desse processo (SANTOS, 1996). Esse tipo de empresa apresenta-se como um fluido, um ente transnacional, sem proprietários identificáveis, composto por acionistas espalhados pelo mundo todo, fazendo circular de forma hiper-acelerada um imenso capital, em muitos casos, virtual. Nesse contexto, aumenta em grande medida a importância do sistema financeiro. A formação de conglomerados e corretores financeiros com grande poder global e a descentralização dos fluxos e dos procedimentos financeiros criam uma situação onde o Estado torna-se um ator de menor importância face aos bancos (HARVEY, 1993). E é impensável que uma companhia com escritório central em New York possa coordenar e controlar atividades em, talvez, cinquenta ou sessenta outros países sem uma confiável e sofisticada rede informacional, apoiada nos mais recentes desenvolvimentos técnicos.

Quanto ao segundo aspecto – para além das manobras técnico-operacionais dentro das e entre as empresas –, outro modo no qual a tecnologia informacional desenvolveu-se foi como um amplo suporte do mecanismo de venda. Na melhor tradição frankfurtiana, Herbert Schiller atesta que o vasto conjunto de imagens produzidas pela mídia é concebido apenas em termos mercadológicos e que é, simultaneamente, voltado para sustentar a comercialização, majoritariamente, dos produtos norte-americanos. Sendo assim, as produções de televisão, filmes de Hollywood, transmissões via satélite - a indústria do entretenimento, na qual os Estados Unidos representam um papel de liderança - são organizados sobre bases comerciais e funcionam para facilitar a comercialização de bens e serviços (SCHILLER, 1989).

De um lado isso é manifestado, por exemplo, na instalação de canais de TV somente onde há uma oportunidade comercial viável, um público consumidor potencial e, também, numa programação televisiva baseada no critério comercial e na publicidade - o que deixa sua marca no conteúdo e resulta na preponderância do sensacionalismo, de soap-operas, novelas e de programas de humor rasteiro, programas, no mínimo, intelectualmente despreziosos, com o intuito de atingir as mais altas taxas de audiência possíveis para atrair mais e mais anunciantes. De outro lado, o marketing global - Levi's Jeans, Coca-Cola, Ford ou Marlboro - seria inimaginável sem o suporte informacional do sistema de mídia de massa. Para Schiller, essa necessidade de propagar os bens de consumo americanos é o ponto de partida para o entendimento de que é previsível que a mídia americana elogie o modo de vida capitalista: belas casas retratadas nos programas, o fascínio das celebridades, os invejáveis estilos de vida, etc. O objetivo primeiro dessa mídia que se tornou global não é o de educar os indonésios, italianos ou latino-americanos nos mistérios de Dallas ou Bonanza, mas é o de *abrir mercados e conseguir uma fatia tão grande quanto possível do mercado mundial* (SCHILLER, 1992 apud WEBSTER, 1995, p. 79).

Como nos mostra Jameson (1996), o capitalismo tardio tem como característica fundamental justamente essa fusão entre cultura e economia. A lógica cultural é condição sine qua non da existência do capitalismo pós-industrial; ela está imbricada à essência do funcionamento do sistema. E por isso não faz mais sentido falarmos em superestrutura (sociedade e cultura) e infra-estrutura (economia) da escola marxista, pois os bens culturais transitam agora em ambos os campos, fazendo implodirem suas fronteiras.

Nesse processo de aumento contínuo do alcance da produção cultural, a existência humana vem se tornando cada vez mais alvo da saturação de signos, de imagens, da qual nos fala Baudrillard (2001). Como conseqüência desse modo de produção baseado numa cultura imagética mundial popular, a produção de imagens tornou-se incessante e muito mais intensa, saturando de uma forma jamais vista todos os campos da vida social. Passa, então, a ser muito difícil qualquer pensamento ou ação fora dos limites dessa espécie de *buraco negro* midiático, que reprocessa todos os significados e, por isso mesmo, a resistência e a subversão talvez sejam possíveis apenas dentro do próprio sistema. Voltaremos a esse ponto no final deste artigo.

### 3. Tecnologias de informação: suporte das infotelecomunicações

No contexto de economia globalizada e de cultura mundializada que caracteriza o capitalismo tardio, as tecnologias de informação propiciam ao campo da comunicação um dinamismo sem precedentes. Elas tornam disponível, a camadas ponderáveis de audiência, um estoque inimaginável de dados e imagens, de opções de entretenimento e de simulacros. Os aparatos de divulgação disponibilizam signos sociais que assumem significação mundial. Não apenas marcas de produtos (Benetton, McDonald's, Levi's, Mitsubishi, Microsoft, Kodak, Panasonic, Visa, IBM, Nestlé, Phillips, Calvin Klein, Nike etc.), como também referências culturais (artistas, ídolos esportivos, estilistas, pensadores, programas de televisão, filmes, vídeos etc.) afirmam-se perante os consumidores, sem procedências nitidamente identificadas.

Tais signos prefiguram uma memória coletiva partilhada por pessoas dispersas nos rincões geográficos. Não mais uma memória enraizada em tradições nacionais, regionais ou locais, mas traçada e reconhecível em estilos de vida universais. Em torno de símbolos desterritorializados (o jeans, o tênis, o carro importado, a *pizza express*, a macarena, os *drive-thrus*, as excursões à Disneyworld) agregam-se grupos sociais de diferentes hemisférios, continentes, países, etnias, raças, crenças e idiomas (embora a supremacia do Inglês o credencie como intercomunicante global). O cidadão comum ufana-se de consumir produtos idênticos aos das lojas de Londres ou de Frankfurt, e a publicidade faz questão de amplificar o encantamento cosmopolita: "*It's a planet Reebok*", "O mundo fala primeiro através da *CNN*", "Descobrimo o mundo com o *Discovery Channel*". Bastaria lembrar o culto transterritorial e multicultural aos astros da NBA norte-americana.

As ferramentas tecnológicas permitem a colagem e as interconexões de bens e espaços mundializados. Em meio à rearticulação planetária do poder, liderada pelas corporações estratégicas globais, os sistemas comunicacionais afiguram-se como molas propulsoras para a reverberação de um modo de produção que se ancora na economia da informação. Estes sistemas conseguem efetivar uma convergência flexível de forma (o suporte técnico), de conteúdo (softwares, programas televisivos, filmes) e de difusão (satélites, fibras óticas, etc.). A integração é essencial à geração de um volume de serviços que alimentem as indústrias multimídia globais.

A comunicação tecnológica – ultrapassando fronteiras locais, regionais, nacionais e continentais, classes e grupos sociais, raças e religiões – converte-se em agente privilegiado de fixação de identidades culturais que subvertem os horizontes conhecidos. As mídias fabricam e lustram informações de abrangência ilimitada; tornam próximos e presentes acontecimentos de todos os fragmentos do globo.

As redes robustecem a voltagem da mídia no cotejo com aparelhos de enunciação de espectro limitado. Elas definem clivagens sociais e diferenciais de poder. Numa margem, situam-se os agentes emissores que dispõem de linguagens eletrônicas de longo alcance; em outra, os que persistem nas vias tradicionais da comunicação interpessoal (a família, as comunidades de base, o sistema escolar e a igreja não-eletrônica).

A oligopolização das mídias insere-se no painel geral de forte concentração de comandos estratégicos de megamercados e de mundialização de conteúdos, bens e serviços, facilitada pela desregulamentação, pela supressão de barreiras fiscais, pela brutal acumulação de capital nos países altamente industrializados, pela deslocalização geográfica das bases de produção e, evidentemente, por redes integradas de múltiplos usos. Antes da desaceleração relativa da chamada *nova economia* ocorrida em 2000, por exemplo, um estudo da Broadview Associates, consultoria de tecnologia, mídia e comunicações, revela que o montante total das fusões e aquisições de empresas de infotelecomunicações, na Europa e na América do Norte, subiu 33% – em 1995, foram investidos US\$ 22,1 bilhões; em 1996, US\$ 29,3 bilhões. A Broadview atribui o fato não apenas à expansão do megasetor, como também ao crescimento rápido em importância da mídia digital. O advento da *World Wide Web* e outras redes está alterando a forma de publicação de informações, a educação e a indústria do entretenimento (MORAES, 2001).

Os marcos da reconfiguração comunicacional do planeta estendem-se também na direção dos oligopólios transnacionais de mídia, que gerenciam fatias substantivas do manancial de informações. Os complexos expandem seus tentáculos com a propriedade entrelaçada de cinemas (estúdios, produção, distribuição e exibição de filmes), gravadoras de discos, editoras, parques de diversões, tevês abertas e pagas, emissoras de rádio, revistas, jornais, serviços on line, provedores de acesso à Internet, vídeos, *softwares* e CD-ROMs. Revigorados por fusões, consórcios e alianças transnacionais, os conglomerados midiáticos não cessam de reformular suas ações. A partir de estratégias mundiais, procuram compatibilizar produtos de aceitação indiferenciada com outros que visam à segmentação, à diversidade mercadológica e a peculiaridades locais. Como observa René Dreifuss: “Temos assim uma mundialização do consumo e uma globalização estratégica, mas o produto é diferenciado – poderíamos dizer que ele é ‘local’ ou ‘regionalizado’ – por meio do uso e da aplicação de ‘tecnologias flexíveis’, que implicam em (e se sustentam por) unidades descentralizadas de produção, coordenadas estrategicamente, o que é permitido e estimulado pela telecomputrônica” (DREIFUSS, 1996, p. 170).

A unificação dos artefatos que compõem os sistemas técnicos de transmissão (satélite, computador, fax, *modem*, telefonia comum e celular, microondas, cabos de fibras óticas, bancos de dados eletrônicos, *paggers*, *smartphones*, *videofones*, etc.) não somente efetiva a comunicação a distância, como estimula ousadas estratégias mercadológicas e práticas comunicacionais. As mídias vêm testando um elenco de projetos e programas cujas metas são a racionalidade gerencial, a produtividade, a competitividade, a qualidade e o intercâmbio com o público. Para manter acelerado o consumo, os grupos privados de comunicação têm mobilizado unidades operacionais como o *marketing* agressivo, a informação personalizada e especializada, campanhas promocionais, pesquisas, produtos segmentados e interativos.

Um dos exemplos mais emblemáticos da nova orientação *multimídia* da indústria cultural é a novíssima tendência de fusão entre cinema e Internet. Esse tipo de união – entre mídias tradicionais e Internet –, é extremamente significativa em vários sentidos; sentidos estes que não deixam de compor uma totalidade lógica essencial, se nos lembrarmos da cadeia jamesoniana economia-técnica-cultura que define o capitalismo tardio. Ela diz (muito) respeito, primeiramente, ao aspecto da propriedade cruzada de meios de comunicação, em quantidade tanto de empresas como de plataformas tecnológicas diferenciadas entrecruzadas. Em segundo lugar, é interessante observar a mostra de vigor que a mídia ligada, preferencialmente, a uma época industrial do capitalismo – a comunicação de massa, a indústria cultural com seus veículos clássicos: cinema, televisão e música – vem dando a partir do momento em que se viu confrontada com as *novas mídias*, frutos de toda a reconfiguração tecnológica que tomou corpo na atual fase pós-industrial do capitalismo.

A confiança da indústria da comunicação na força dessa nova estratégia de plataformas tecnológicas cruzadas é tanta que, quando o Departamento de Justiça dos Estados Unidos anunciou recentemente que estava investigando se os esforços dos estúdios de oferecer filmes on-line para os consumidores em suas casas representavam a formação de monopólio, os grandes executivos de Hollywood mal desviaram os olhos de seus afazeres.

À medida que multinacionais consolidam e promovem em conjunto filmes, televisão, Internet e música, fica cada vez mais difícil dizer quem está competindo com quem e como isto ajuda ou prejudica os consumidores; e é justamente este caráter fugidio e fluido – um dos definidores essenciais

da nova configuração do capital – que contribui para que suas estratégias de penetração social e dominação cultural sejam cada vez mais bem sucedidas.

"Está-se chegando quase ao ponto do universo ser absorvido pela mídia", disse Tom Wolzien, um analista de mídia da Sanford C. Bernstein & Company. "São negócios muito maiores do que apenas música e cinema. Isto é um grande cadinho" (MORAES, 2001, p. 68).

Um das especulações que tomaram conta de Hollywood no passado recente tratou do impacto da fusão da AOL com a Time Warner e se um ou mais dos estúdios menores ou menos diversificados, como a Sony ou a MGM, eventualmente serão engolidos por um estúdio rival ou por um gigante da Internet como a Microsoft. "A indústria está mudando, mas ninguém sabe como ela será", disse Wolzien (MORAES, 2001, p. 65).

Assim, podemos ver que estamos vivendo um período de mudança de paradigma comunicacional. Do gabarito *midiativo* evoluímos para o *multimidiático* ou *multimídia*, sob o signo da digitalização. A linguagem digital única favorece a interconexão de redes e plataformas, viabilizando a base material para a hibridação das infra-estruturas indispensáveis à transmissão compartilhada de dados, imagens e sons, em proporções incalculáveis (MORAES, 2001).

Em razão dessa confluência, dissipam-se as fronteiras tradicionais entre operadoras de TV a cabo, de telecomunicações, de radiodifusão e de informática. Os novos canais e suportes (Internet, DVD, TV interativa de alta definição, celulares com *web* móvel e os tantos que virão) multiplicam a geração de conteúdos informativos, financeiros, culturais e comerciais.

A junção dos prefixos dos setores convergentes (informática, telecomunicação e comunicação) em uma só palavra – *infotelecomunicações* – designa a conjunção de poderes estratégicos relacionados ao macro-campo multimídia. O paradigma *infotelecomunicacional* constitui vetor decisivo para a expansão dos complexos midiáticos, tendo por escopo a comercialização diversificada e sem limites geográficos (MORAES, 2001).

Não espanta que a Telefónica de Espanha tenha se transformado em estrela de primeira grandeza em vários tipos de mídia, inclusive Internet. Ou que Vivendi Universal, Sony e Yahoo se associem em promissores negócios de música *on line*. Ou ainda que a Disney migre para a telefonia celular em parceria com a operadora japonesa NTT DoCoMo. Uma aliança sedutora para os dois lados: a NTT disponibiliza conteúdos da Disney a seus usuários de *web* móvel, enquanto os assinantes do colosso norte-americano acessam vídeos e cliques musicais através de celulares de quarta geração. O ponto nodal é agregar valor ao leque multimídia, com o menor custo possível.

Nessa esteira, os conglomerados tratam de otimizar as cadeias produtivas para lucrar em todas as pontas. "Se pensarmos na música digital, na televisão interativa, nos serviços de banda larga e nas redes domiciliares, veremos que estamos no centro de tudo isso. Somos a *blue chip* do milênio", acentua o executivo da AOL-Time Warner, Gerald Levin (MATLACK, 2001).

Não será outro o pressuposto estratégico da Vivendi Universal, segundo maior conglomerado mundial de informação e entretenimento, explicitado pelo *big boss* Jean-Marie Messier: "É essencial agregar conteúdos baseados em alta tecnologia, sobretudo os da Internet, aos nossos serviços e produtos. A combinação de conteúdos, de meios de difusão e de produtos afins nos dá uma vantagem considerável perante nossos concorrentes. Podemos ampliar as ofertas aos clientes, com redução de custos. Essa estratégia integrada é a que se adapta melhor à revolução das redes, permitindo alto incremento nas vendas" (MESSIER, 2001).

## 4.A sociedade do controle: beco sem saída?

Os entusiastas da globalização poderiam argumentar, neste ponto, que há um lado muito positivo em tudo isso, qual seja, o de que jamais a humanidade se deparou com tantas informações e imagens, tanto acesso à cultura e ao entretenimento, tanta visibilidade da diferença, seja de que forma isso aconteça. Caberia objetar: mas quem comanda e centraliza a veiculação dos bens simbólicos? Quem agencia os acessos? Quem define o que vai ser fabricado e como e onde difundido?

Seguindo a tradição crítica de reflexão sobre as comunicações inaugurada com os frankfurtianos e re-trabalhada por autores como Jameson, por exemplo, pode-se dizer que é alarmante o fato de convivermos com uma abundância de dados, sons e imagens que se originam, em grande parte, de fontes de enunciação e emissão controladas por um número mínimo de corporações – as mesmas que se movimentam livremente pela Terra, sem prestar contas a ninguém, exceto a seus acionistas. A industrialização dos bens simbólicos obedece, assim, às injunções mercadológicas e às conveniências políticas e econômicas dos ocupantes do primeiro vagão do fluxo da informação globalizada.

Além disso, Baudrillard (2001) nos ensina que tamanha disponibilidade de informações não é necessariamente sinônimo de seu bom uso por parte do público receptor. A saturação de signos que atinge a sociedade hoje, e que tem a mídia, as tecnologias de informação como vetor/gerador principal, acaba produzindo uma hiper-realidade, que funciona como um *buraco negro* no interior do qual todos os significados se diluem.

Vê-se que a capacidade da mídia tradicional em se reciclar em face de um novo quadro técnico e cultural, estendendo sua área de influência e absorvendo, inclusive, o que muitos mais otimistas viram como vetor de sua ruína, é admirável. Talvez não tão admirável e espantoso assim se voltarmos aos pressupostos de Jameson, que nos alertam para o fato de que, no capitalismo tardio, pós-industrial e pós-moderno, a cultura – conseqüentemente, o universo da mídia – está imbricada de tal forma com os desígnios econômicos que se pode dizer que há somente uma lógica de funcionamento do modo de produção capitalista; não mais uma lógica econômica e outra cultural, mas uma econômico-cultural. Ou seja, é previsível que uma aparente contradição no interior da mídia, entre veículos de comunicação com estatutos técnico-culturais diferentes, resolva-se da melhor forma para a continuidade da reprodução do sistema capitalista.

E essa *melhor forma* parece estar reiterando a prevalência – já no início do século XXI, época para a qual se vislumbrava, com certeza quase total, um novo paradigma das comunicações – do modelo da grande indústria cultural, com suas elevadas somas de capital empregado, com sua concentração de produções e conteúdos, etc. Sim, se pudéssemos dizer assim, uma *nova* indústria cultural, renovada e com novos contornos, como estou procurando mostrar aqui; fruto da releitura advinda do contato com a nova realidade mediada, diferente daquela de seus primórdios, quando foi diagnosticada por Adorno e Horkheimer. Contudo, uma indústria cultural que permanece com a mesma essência de outrora, qual seja, o entrelaçamento do grande capital com a produção cultural. Aliás, mais do que a indústria cultural de massa, a nova indústria injeta cada vez mais seu capital e sua lógica nos mais ínfimos campos da vida social e pessoal, nos últimos redutos da diferença, devido mesmo ao seu aparato técnico infinitamente mais refinado em relação ao modelo antecessor.

Jeremy Rifkin sustenta que não há precedentes de um tipo de controle tão amplo das comunicações humanas: “Os gigantescos agrupamentos de mídia e provedores de conteúdos se convertem em ‘vigilantes’ que determinam as condições e os termos pelos quais um bilhão de pessoas podem se comunicar entre si. É uma nova forma de monopólio comercial global, exercido sobre as experiências vitais de uma ampla porcentagem da população mundial” (RIFKIN, 2001, p. 25).

Talvez estejamos saindo da sociedade disciplinar foucaultiana – na qual a indústria cultural de massa era um poderoso instrumento de dominação – e entrando no que Gilles Deleuze, filósofo da pós-modernidade, chamou de *sociedade de controle*, onde as formas de mobilização das populações para a extração de mais-valia, objetivo último do capitalismo, apresentam-se mais fluidas, sutis, interligadas e em níveis mais infrapessoais do que antes (DELEUZE, 1992).

*Sociedade de controle* é a denominação utilizada para dar conta desse novo tipo de atuação do sistema capitalista sobre a massa da população. Deleuze nos diz que essa forma de sociedade vem aparecendo desde a Segunda Guerra como um desdobramento sofisticado da *sociedade disciplinar*, que Michel Foucault localizara no século XIX e primeira metade do XX. A principal marca da sociedade descrita por Foucault era o confinamento. Cercada de uma tecnologia da vigilância – simbolizada pela construção panóptica – a dominação pelo confinamento se dava de forma descontínua e institucional. Os indivíduos eram observados, contados, disciplinarizados e dominados dentro dos espaços de confinamento, quais fossem, as escolas, os hospitais, as fábricas, as prisões, etc. É claro que esses sub-sistemas se comunicavam e formavam um sistema maior de dominação, mas eram *variáveis independentes*, portadoras de uma linguagem comum, mas *analógica* (DELEUZE, 1992, p. 220). Fruto

de uma fase eminentemente industrial do capitalismo, em que a disciplina era o principal motor do sucesso desse sistema, a dominação disciplinar por confinamento era, também, a forma mais avançada a que se podia ter chegado naquela época: as TIs ainda não permitia formas de controle mais sutis e mais invasivas, tais como as que se apresentam hoje.

De acordo com Deleuze, os novos rumos do sistema capitalista a partir da década de 1970, já apontados neste trabalho, e as inovações tecnológicas tornaram a interferência capitalista na vida dos indivíduos muito mais complexa e ramificada e, por isso mesmo, mais perversa.

“O capitalismo do século XIX é de concentração, para a produção, e de propriedade. Por conseguinte, erige a fábrica como meio de confinamento. (...) Mas atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo. É um capitalismo de sobre-produção; (...) compra produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que ele quer comprar são ações. Já não é mais um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo, e a fábrica cedeu lugar à empresa” (DELEUZE, 1992, p. 223-224).

Emerge aí, nesse quadro da sociedade de informação, a sociedade de controle. Diferentemente do que acontecia na sociedade disciplinar, os vários

“(...) modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável, cuja linguagem é numérica. (...) As sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores. (...) O essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por palavras de ordem (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência. (...) O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua” (DELEUZE, 1992, p. 225).

Essas novas técnicas de controle possibilitam uma “territorialização”, uma “produção” (GUATTARI, 1986) das subjetividades de cada um de nós pelo sistema capitalista como jamais fora possível.

“(...) Uma imensa máquina produtiva de uma subjetividade industrializada e nivelada em escala mundial tornou-se dado de base na formação da força coletiva de trabalho e da força de controle social coletivo. (...) Trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (DELEUZE, 1992, p. 39).

Os indivíduos seriam, assim, uma construção ideológica do capitalismo. A individualidade – aquilo que cremos ter de mais íntimo, verdadeiro e indevassável – seria o resultado dessa produção de subjetividade em série pelo sistema, do cruzamento de *agenciamentos coletivos de subjetividade* (GUATTARI, 1986). Nessa linha de raciocínio, sempre que utilizamos qualquer tecnologia de informação provinda de um conglomerado de comunicação – um programa de computador, um filme, um celular, um caixa eletrônico, um *game*, etc. –, estaríamos tendo nossa subjetividade moldada pelo sistema capitalista.

O desenvolvimento tecnológico atual disponibiliza armas cada vez mais poderosas para o capitalismo exercer seu controle de forma mais e mais eficiente. A radicalidade tecnológica está próxima de se tornar tão invasiva como jamais fora: as estratégias de controle podem começar a agir sobre nossos próprios corpos. A engenharia genética aliada à engenharia computacional pode criar um mundo aterrador, onde o controle será exercido de forma biológica, dentro da última fronteira de existência *independente*, dentro de nosso corpo.

Até o cinema de Hollywood – um dos principais pontos irradiadores de produção de subjetividade pelo e para o sistema – já percebeu qual a direção que o caminho que está sendo trilhado sociedade de informação pode tomar. Filmes, como *Gattaca* e *Matrix*, mostram justamente a que tipo de sociedade a tecnologia do controle pode levar: sociedades biológica e computacionalmente estratificadas e controladas, onde elites descompromissadas – que, no caso de *Matrix*, são computadores – elegem



quem é *válido* ou *inválido* para o sistema. Matrix ainda vai mais longe que Gattaca, trazendo para a tela uma sociedade aterrorizante, na qual não se trata nem de se *ter uma existência* válida ou inválida: *não há* mais existência; a elite maquínica é que decide quem vai nascer e quem vai morrer, dentro de um sistema de realidade virtual criado para deixar em estado letárgico os seres humanos fornecedores de energia para essas próprias máquinas.

Será essa a realidade – virtual talvez – que a Razão iluminista nos reservou para o futuro? Teria a Razão se tornado tão instrumental a ponto de trair seus próprios preceitos fundadores de emancipação do homem?

## 5. Conclusões

Ora, no ponto em que este trabalho parece nos levar a um beco sem saída, podemos retomar a linha de raciocínio do próprio Guattari (1986) – um dos teóricos da sociedade de controle. Ele nos lembra de que podem acontecer processos de *singularização*, onde se tenta *reterritorializar* as subjetividades *territorializadas* pelo capitalismo. Ou seja, é justamente através da reterritorialização das subjetividades por forças resistentes que podemos vislumbrar uma fuga da dominação, do controle.

Podemos nos lembrar também de Baudrillard (2001), que, como dito no final do item 2, considera que se tornou impossível mesmo *existir* fora da sociedade de informação, fora da saturação de informação por via das diversas tecnologias. E que, sendo assim, talvez as únicas possibilidades de resistência e subversão estejam dentro do próprio sistema, isto é, dentro da reapropriação (reterritorialização, como diria Guattari) das TIs. Talvez o uso consciente das tecnologias por sujeitos reflexivos e capazes de crítica, a possibilidade de *democracia virtual* e de ampliação do conhecimento trazida pela Internet possam ser embriões dessa reterritorialização de um espaço tomado, até agora, majoritariamente pelo poder dominante.

Vistas por muitos como neutra e capaz de facilitar a vida de toda a humanidade, as novas tecnologias precisam, hoje, ser repensadas exatamente para que estejam a serviço da maioria da população, da emancipação do ser humano. Por isso, em universidades norte-americanas, européias e brasileiras vêm surgindo disciplinas como filosofia da tecnologia, sociologia da tecnologia e outras. Essas disciplinas visam superar a dicotomia entre as reflexões das ciências humanas e as pesquisas e resultados das ciências exatas e naturais. Através delas, estaria aberto o espaço para debates em torno da ciência e do papel determinante da economia, da distribuição do poder, da religião e da cultura nas sociedades atuais. A análise do contexto histórico teria como objetivo perceber a forma como a tecnologia, aparentemente neutra, é utilizada a favor de um ou outro grupo social. E o viés filosófico buscaria perceber como os seres humanos vêm mudando suas relações com o mundo atual e, inclusive, como vem mudando o processo de cognição, mas, principalmente, seria um espaço onde se fariam presentes os questionamentos éticos a respeito da utilização da tecnologia nos mais variados espaços sociais.

Confluindo-se conhecimento técnico e reflexão humanística, pode-se também diminuir o fosso existente entre uma parcela da população que domina os conceitos científicos e uma grande maioria que passa ao largo de toda e qualquer discussão científica, relegando esse debate aos especialistas. Podemos ter como resultado dessa confluência, ainda, capacitar as pessoas para a reflexão sobre as questões sociais geradas pela ciência e pela tecnologia, levando-as a exigir exposições e explicações claras dos diversos atores que intervêm no debate social sobre ciência e tecnologia, de maneira que a informação recebida se converta sempre em critério para consolidar uma opinião bem fundada sobre assuntos que cada vez mais têm relevância na vida social.

## 6. Referências bibliográficas

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BAUDRILLARD, Jean. *A ilusão vital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BELL, D. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973.

- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- DREIFUSS, R. A. *A época das perplexidades: mundialização, globalização, planetarização: novos desafios*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- GIDDENS, A. *The consequences of modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HABERMAS, Jürgen. *Further reflections on the public sphere*. In: CALHOUM, C. (org.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- JAMESON, Friedrich. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 1996.
- KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LYOTARD, J. F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- MATLACK, C. *É a nova ordem da velha economia*. Valor Econômico, São Paulo, 04 de julho de 2001.
- MESSIER, J. M. *Communication: la stratégie de Vivendi Universal*. Discurso pronunciado na assembleia anual dos acionistas da Vivendi Universal, em Cannes, 11/02/2001. Disponível em: <http://www.vivendi.fr>. Acesso em 13 de setembro de 2004.
- MORAES, D. *A dialética das mídias globais*. In: MORAES, D. (org.). *Globalização, mídia e cultura contemporânea*. Campo Grande: Letra Livre, 1997.
- MORAES, Denis de. *O concreto e o virtual: mídia, cultura e tecnologia*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Makron Books, 2001.
- ROBINS, K.; WEBSTER, F. *Cybernetic capitalism: information, technology, everyday life*. In: MOSKO, V.; WASKO, J. (ed.). *The political economy of information*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1996.
- SCHILLER, H. *Culture Inc.: the corporate takeover of public expression*. New York: Oxford University Press, 1989.
- TOURAINE, A. *La société post-industrielle*. Paris: Danoel, 1969.
- VIRILIO, P. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.
- WEBSTER, F. *Theories of the information society*. London: Routledge, 1995.

---

# Estudo de um Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, no Contexto da Educação a Distância

Study of a Course of Expertise in Municipal Public Management in the Context of Distance Education

Octávio Cavalari Júnior<sup>1</sup>, IFES  
Juliano Schimiguel<sup>2</sup>, UniAnchieta, UniCSul

## Resumo

A educação a distância é uma realidade no que tange aos métodos de ensino, haja vista as necessidades do Estado de elevar a escolaridade de seus cidadãos, como também dos alunos por limitações territoriais ou temporais. O presente estudo faz o levantamento histórico da evolução do ensino na modalidade a distância no panorama mundial e brasileiro e as interações com um curso de especialização nessa modalidade. A pesquisa foi realizada na metodologia qualitativa através de levantamento bibliográfico e em seguida trabalhado com focus grupos com os alunos de dez turmas do curso de especialização de gestão pública municipal, para entender suas percepções acerca da metodologia EaD e o aprendizado no curso ofertado. O resultado do estudo nos inclina a repensar sobre as tecnologias empregadas nessa modalidade de ensino e de retomar a importância do diálogo e a afetividade das relações entre instituição e alunos.

**Palavras-chave.** Educação a distância; aprendizagem; tecnologias; afetividade.

## Abstract

Distance education is a reality in regard to teaching methods, considering the needs of the state to raise the educational level of its citizens, but also of students by temporal or territorial limitations. The present study provides an historical survey of the evolution of education in the distance on the global and Brazilian and interaction with a specialization course in the discipline. The survey was conducted in qualitative methodology through a literature review and then worked with focus groups with students from ten classes of the specialization course of municipal public administration to understand their perceptions about the methodology and learning in distance education course offered. The study results lead us to rethink about the technologies employed in this type of education and the importance of resuming dialogue and affection of the relationship between institution and students.

**Keywords.** Distance education; learning; technologies; affection.

## 1.Introdução

O ensino a distância é uma metodologia tão atual quanto antiga, segundo relatos de Nunes (2009) a primeira vez que se teve informações sobre EaD foi a partir da publicação na Gazette de Boston, EUA, em 1728, que anuncia aulas ministradas por correspondências.

Nunes (2009) ainda destaca que em meados do século passado as universidades Oxford e Cambridge, na Grã-Bretanha, ofereceram cursos de extensão a distância. Logo após vieram a Universidade de Chicago e de Wisconsin, nos EUA. Em seguida em 1924 na Alemanha é criada a primeira escola de negócios por correspondência. Com a advento da Segunda Guerra Mundial e a necessidade de capacitação dos recrutas novos métodos foram incorporados a EaD, um deles foi o Código Morse.

---

<sup>1</sup>Doutorando. Docente do Instituto Federal do Espírito Santo-IFES (Colatina-ES).

<sup>2</sup>Doutor. Docente do Centro Universitário Padre Anchieta-UniAnchieta (Jundiá-SP) e Universidade Cruzeiro do Sul-UniCSul (São Paulo-SP).

Contudo, somente a partir de meados nos anos de 1960 e que a temos a EaD sendo institucionalizada na educação secundária e superior.

No momento, mais de 80 países, nos cinco continentes, adotam a educação a distância nos sistemas formais não-formais de ensino, em todos os níveis de escolaridade, dando acesso a qualificação e milhares de cidadãos (NUNES, 2009).

No Brasil levantamentos históricos nos levam a inferir que a EaD data um pouco antes de 1900, através de cursos profissionalizantes por correspondência. A partir de 1904 com a consolidação da República, Escolas Internacionais se erradicam no país com cursos ligados a conquista de emprego principalmente nas áreas de serviços e comércio (ALVES, 2009; SARAIVA, 1996).

O grande impulso na educação a distância no Brasil veio acompanhado do rádio, quando em 1923 é fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, no qual sua principal finalidade era a educação popular. Importantes instituições como Instituto Monitor, 1939, e o Instituto Universal Brasileiro, 1941, reforçaram no país a metodologia a distância como elo dos cidadãos e da qualificação. Posteriormente o cinema e TV educativa mais uma vez em um veículo de massa deram novos horizontes a EaD (ALVES, 2009).

Na década de 1970 as universidades instaram seus primeiros computadores, e sua gradativa desvalorização monetária, e em seguida a utilização da internet fizeram que novos rumos fossem dados ao método de ensino a distância. Contudo somente a partir da LDB, de 1996, a EaD passou a ser possível em todos os níveis de escolaridade (ALVES, 2009).

Atualmente com a aceleração crescente da educação, temos cada vez mais indistintos os limites entre disciplinas, instituições e locais geográficos. O acesso a educação através da EaD, por modelos diferenciados como as Universidades Corporativas, Universidades abertas a distância, Teletrabalho e outros faz com que o cenário seja otimista a utilização da metodologia EaD (LITTO, 2009).

Desta forma, pode-se repensar sobre o crescimento do ensino a distância na atualidade como algo inovador, visto que há algum tempo essa metodologia vem sido aplicada e adaptada as questões históricas políticas e sociais.

## 2. Metodologia EaD

A educação a distância vem sofrendo desde seu surgimento modificações, tanto na aplicação de novos meios tecnológicos quanto a suas metodologias.

Para iniciar a discussão a cerca do tema Marques & Cavalcante (2009) apresentaram o decreto nº 2494 de 1998 do Ministério da Educação, que norteia que a EaD é uma modalidade de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com mediação de recursos didáticos, sistematicamente organizados, apresentados em diversos apoios tecnológicos.

Ainda Moore & Kearsley (1996) pode ser definido como métodos onde as ações dos são professores são realizadas a parte das ações dos alunos, e para essa comunicação ocorrer são utilizados meios impressos, eletrônicos, mecânicos e outros.

Já Moran (1994) aponta que o ensino a distância e a metodologia em que o processo de ensino e aprendizagem e mediados por tecnologias.

Mesmo com várias definições o EaD pode ser visto de uma forma mais simplificada através da metodologia em que aluno e professor não utilizam o mesmo tempo para a promoção do processo de ensino/aprendizagem e para isso se utilizam de diversos recursos que vão se modificando e reinventando durante sua história.

A metodologia EaD no seu desenvolvimento utilizou-se de vários recurso o primeiro deles foi a correspondência (PALHARES, 2009), depois o Rádio (DEL BIANCO, 2009), em seguida TV e Cinema (NUNES, 2009), computadores sem rede (VALENTE, 2009), vídeos conferencias (CRUZ, 2009), computadores com conexão a internet (ALVES, 2009) e diversos outros. O que não podemos

esquecer e que todos esses meios ainda são utilizados de forma conjunta ou dependendo do perfil do público-alvo.

## 3. Programa de Nacional de Administração Pública

Nas sociedades democráticas contemporâneas, eficiência, transparência, controle social e responsabilidade são demandados de todas as esferas da administração pública. A consolidação da democracia pressupõe o empoderamento do cidadão e da sociedade civil, que assumem papel cada vez mais relevante na cobrança de resultados das instituições públicas. Tais resultados devem se traduzir em melhorias efetivas na realidade da população, o que exigirá melhorias contínuas na qualidade dos serviços e na gestão pública (CAVALARI, 2009).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Neste contexto, o programa nacional de administração pública, PNAP, é um Projeto do Governo Federal, que através da CAPES, tem por finalidade fomentar a qualificação da população através da metodologia EaD, em que são oferecidos o Curso de Bacharelado em Administração Pública, que está voltado para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, de forma a atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade (CAVALARI, 2009).

Além disso, o programa busca oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, em que são ofertadas três especializações nas seguintes linhas: de formação em Gestão Pública da Saúde; de formação em Gestão Municipal; e de formação em Gestão Governamental.

O PNAP foi anunciado em âmbito nacional através da chamada do edital 01/2009, no qual as Instituições Públicas de Ensino Superior foram convidadas a ofertar um dos cursos na modalidade a distância na extensão de seus territórios.

No estado do Espírito Santo a Universidade Federal, UFES, optou por oferecer a especialização com ênfase em saúde e o Instituto Federal, IFES, que é objeto desse estudo, respondeu ao edital para coordenar e ofertar à população a especialização com de formação em Gestão Municipal.

O curso teve início em maio de 2010 em dez pólos de apoio presenciais nos municípios de: Vitória, Vila Velha, Colatina, Afonso Claudio, Mimoso do Sul, Domingo Martins, Santa Tereza, Baixo Guandu, Linhares e Aracruz. Totalizando 420 vagas.

Para o ano de 2011 mais quinze pólos serão contemplados pelo curso nos municípios: Alegre, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Conceição da Barra, Ecoporanga, Itapemirim, Iúna, Mantenópolis, Nova Venécia, Pinheiros, Piúma, Santa Leopoldina, São Mateus, Vargem Alta, Venda Nova do Imigrante. Totalizando 600 vagas.

No total o PNAP, através da CAPES, no IFES irá financiar formação de 1020 vagas para a formação na especialização em Gestão Pública Municipal até o ano de 2012.

O curso com formação em Gestão Municipal e espelhado nos estudos do Banco Mundial, em parceria com IPEA, sobre os municípios brasileiros, que indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbanos e fundiários; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

## 4. Método de pesquisa

A pesquisa será realizada de forma qualitativa, através de um estudo de caso, com dimensão etnográfica, tendo como instrumento de pesquisa a observação, focus grupos e análise documental conforme descrito a seguir.

A pesquisa sugerida para estudar a EaD na visão de um curso de especialização foi qualitativa, uma vez que segundo Lüdke e André (1986) “...Envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se reocupa em retratar a perspectiva dos participantes.”

Desta forma, pretende-se obter dados que descreva a realidade, as necessidades, limitações, vantagens e desvantagens da metodologia EaD para o curso de especialização em Gestão Pública Municipal.

O estudo também terá uma dimensão etnográfica, visto que num primeiro momento será feita uma descrição dos significados culturais dos alunos com necessidades educativas especiais conforme sugere Lüdke e André (1986) “A pesquisa etnográfica é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo.”

O método que será utilizado será o estudo de caso que tem característica de descrever a realidade de um determinado contexto, estudando algo singular como o caso de acessibilidade dos alunos estudados, representando suas diferenças, utilizando variedades de fontes de informação através de uma linguagem mais simples (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Para o levantamento das informações da pesquisa será utilizado três tipos de técnicas: a primeira será o *focus grupos*, que é uma técnica de trabalho no qual um grupo é reunido com a finalidade discutir determinado assunto, situação ou demanda, através desse instrumento há a captação imediata e corrente de informações desejadas (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). O que no caso da pesquisa sugerida é importante devido à necessidade de levantamento de dados sobre a realidade dos alunos em situações diferenciadas.

A segunda técnica será a observação, que ao lado da entrevista também constitui importante fonte de coleta de dados em abordagens educacionais. A observação também auxilia a aproximação do pesquisador as respostas do problema de pesquisa levantado (LÜDKE & ANDRÉ, 1986). No que tange essa pesquisa, a aproximação ao objeto de pesquisa significa entender melhor as limitações, necessidades e assim propor interações a metodologia sugerida.

Para finalizar a pesquisa será usada a técnica de análise documental, uma vez que essa tem por finalidade completar as informações obtidas por outras técnicas, ou trazendo a tona outros aspectos relevantes ao trabalho. (LÜDKE & ANDRÉ, 1986)

## 5.0 Sujeito de pesquisa: IFES

As informações dessa Seção do artigo foram retiradas do centenário da Instituição (SUETH *et. al.*, 2009), e da vivência do autor desse artigo.

O Instituto Federal do Espírito Santo – IFES foi criado em 23 de setembro de 1909, no governo do presidente Nilo Peçanha. Regulamentado pelo Decreto nº 9.070, de 25 de outubro de 1910, foi inicialmente denominado Escola de Aprendizes e Artífices do Espírito Santo, tendo como propósito a formação de profissionais artesãos, com ensino voltado para o trabalho manual e oferta educacional de cunho assistencialista.

A partir de 1937, com a denominação de Liceu Industrial de Vitória, passou a formar profissionais qualificados para a produção industrial, porém com o ensino ainda voltado para produções artesanais e de pequenos lotes.

Em 11 de dezembro de 1942 foi inaugurada a sede atual, na época chamada Escola Técnica de Vitória – ETV. Contava com internato, externato, oficinas e salas de aula para atender aos cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação.

Em 3 de setembro de 1965 passou a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo – ETFES. A educação se adequava então às exigências da sociedade industrial e tecnológica, com ênfase na preparação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, em sintonia com a crescente industrialização do Brasil e do Espírito Santo.

Por Decreto Presidencial, em março de 1999, a ETFES passa a ser o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFET-ES, com maior abrangência no estado e diversificação de possibilidades de atuação.

O CEFET-ES iniciou sua atuação no ensino superior de graduação em 1999, com a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Metalurgia e Materiais. Na sequência, foram implantados outros quatro cursos superiores de tecnologia: Saneamento Ambiental, Sistemas de Informação, Redes de Computadores e Manutenção Eletromecânica.

A missão está formulada nos seguintes termos: “Promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio de ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável”.

A Instituição iniciou a pós-graduação pela modalidade *lato sensu*, em meados de 2004, com a oferta da Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Na sequência, foi implantado o Curso de Especialização em Engenharia Sanitária e Ambiental, em agosto de 2005.

É importante destacar que, no ano de 2006, o CEFET-ES iniciou o processo de implantação do primeiro curso de graduação na modalidade à distância, através do projeto UAB - Universidade Aberta do Brasil. Trata-se do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Neste mesmo ano foi criado o Centro de Educação a Distância do IFES – CEAD. As aulas iniciaram no final de 2007. Em 2009 o Instituto passou ofertar também cursos de especialização na modalidade a distância com a abertura de quatro cursos: Gestão Pública Municipal, Informática na Educação, Educação Profissional e Tecnológica e Projeja.

Também em março de 2007, foram submetidos dois projetos de mestrado à apreciação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES: Mestrado em Engenharia Metalúrgica e Materiais, na modalidade acadêmica, e Mestrado em Engenharia Sanitária e Meio Ambiente, na modalidade profissional. O Mestrado em Engenharia Metalúrgica e Materiais iniciou em 2009.

Em dezembro de 2008 o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. Assim o CEFETES a partir da referida lei passa a ser Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa se integraram em uma estrutura única no Espírito Santo. Dessa forma, o IFES amplia para mais três *campi*, contando então com doze *campi* na área de abrangência do Espírito Santo. Atualmente com a expansão do Governo Federal são 15 *campi* em funcionamento e mais quatro em implantação.

## 6. Apresentação e análise dos resultados

As dez turmas analisadas dos municípios, já citados em tópicos acima, têm uma formação de 57% de mulheres e 43% de homens, com faixa etária predominante entre 20 e 50 anos, dos quais 82% residem em área urbana, ainda 46% dos alunos possuem em suas residências duas pessoas com renda superior a um salário mínimo e 68% tem renda familiar acima de três salários mínimos.

Em relação ao nível de escolaridade 71% dos alunos são somente graduados e os demais possuem algum tipo de pós-graduação.

No que tange ao segmento de atuação profissional 85% dos alunos estão ligados a iniciativa pública, seja ela, municipal, estadual ou federal, efetivos ou contratados.

Em relação com tempo de trabalho 29% já possuem mais de 10 anos atuação profissional, 17% entre 5 e 10 anos e os demais menos de cinco anos. Dos alunos 80% possuíam no início do curso computador em suas residências e 68% tinham acesso a internet banda larga.

Quanto a modalidade de ensino 63% dos discentes nunca haviam feito qualquer curso na modalidade a distância, 68% deles optaram pelo curso devido o IFES ser a instituição coordenadora do programa e 35% quando questionados das possíveis dificuldades se preocuparam em possivelmente não ter tempo para execução de todas as atividades.

O que se pode inferir pelo questionário sócio econômico que parcialmente seus dados foi apresentado acima é que em parte o público-alvo do programa foi atingindo.

Após iniciada as aulas e decorrida as disciplina de metodologia de EaD, metodologia de pesquisa e primeira disciplina do módulo básico, a coordenação do curso, o autor desse artigo, agendou reunião com cada pólo em dia e horário distintos no qual participavam os discentes, o tutor presencial e a coordenação do pólo.

Em cada reunião o coordenador elegia entre os presentes no *focus grupos* um relator que iria disponibilizar a ata no ambiente virtual e em seguida era aberto um fórum do pólo para que fosse verificado com os participantes se concordavam com os relatos.

Apesar das reuniões acontecerem com públicos diferentes e em regiões diferentes os mesmos pontos foram levantados entre eles destacamos:

- Falta de aproximação entre tutor e aluno;
- Excesso de atividades em período curto de tempo;
- Qualidade do material didático;
- Dificuldade de adaptação ao método;
- Dificuldade de manuseio da tecnologia;
- Falta de estrutura da biblioteca do pólo;
- Distância entre a teoria e a prática;
- Avaliações essencialmente teóricas.

Analisando os pontos atribuídos pelos alunos podemos descrever que quanto a aproximação aluno e tutor observou que nem o aluno estava habituado a não ter a presença física do professor, assim como o tutor não tinha experiência na modalidade para entender que através do dialogo escrito deveria suprir a distância física que o separava do aluno.

Em relação ao excesso de atividades e tempo de execução, em questionamentos com os discentes foi percebido que até nos modelos presenciais de especialização nas regiões estudadas havia o condicionamento a cursos mais tranquilos no ponto de vista didático e acadêmico.

A qualidade do material apresentada nas reunião era devido ao material ter sido preparado por comissão da Universidade de Santa Catarina e CAPES e de âmbito nacional.

As dificuldades de adaptação ao método pelo que foi diagnosticado estavam vinculadas principalmente a falta de preparo dos alunos em trabalhar com computador e internet, ou seja, recursos tecnológicos. Grandes partes dos participantes apesar de terem esses componentes em casa e no trabalho não o utilizavam no dia a dia.

Uma realidade dos pólos visitados e a falta de investimento pela prefeitura local na compra de acervo para as bibliotecas físicas, o que o curso tentou amenizar com a utilização de uma biblioteca virtual. Durante essas reuniões outro ponto levantado foi em questão do distanciamento entre teoria e prática, contudo no momento dos encontros o curso ainda estava numa fase muito inicial, o que indica não poder servir de parâmetro naquele momento. O que vale também para as avaliações, haja vista que inicialmente algumas teorias deveriam ser consolidadas para futuras aplicações práticas.



## 7. Conclusões

Durante o contexto teórico desse artigo foi introduzido um breve histórico da EaD no cenário mundial e brasileiro e o que pode-se argumentar que apesar de se ter aplicação da metodologia a muito tempo, esta ainda precisa ser melhor divulgada e trabalhada dentro de seus públicos.

Outro ponto que se pode analisar é que particularmente no Brasil os avanços dessa metodologia está associada a veículos de massa de comunicação, rádio, TV, internet, o leva a indicativos de que recursos devem ser utilizados.

No estudo de caso do curso de especialização do PNAP apresentado leva a questionamentos que além da preocupação com os recursos tecnológicos deve-se também ter cuidado com necessidade de aproximação entre aluno e tutor através do diálogo, discurso escrito, e da afetividade que são pontos para um próximo estudo desse autor.

Apesar dos avanços informacionais ligados a educação na modalidade a distância, os pontos tem que ser apreciados, uma vez que nessa método existe o auto-aprendizado, destacado nesse artigo, o que da margem a ter que pensar de forma diferenciada na didática e no formato sistêmico do curso.

## 8. Referências bibliográficas

ALVES, João Roberto Moreira. *A História da EAD no Brasil*. In: Educação a Distância: O estado da Arte. São Paulo: Pearson, 2009.

BANCO MUNDIAL. *Brasil: elementos de uma estratégia de cidades*. Document of the World Bank. Relatório No 35749-BR. Brasília: Banco Mundial/Departamento do Brasil, novembro 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTBRAZIL/Resources/Cidadesbr.pdf>. Acesso em 13/10/2010.

CAVALARI, Octavio Júnior. *Projeto Pedagógico do Curso de Especialização na Modalidade a Distância de Gestão Pública Municipal*. IFES, Vitória, 2009.

CRUZ, Dulce Márcia. *Aprendizagem por videoconferência*. Educação a Distância: O estado da Arte, São Paulo: Pearson, 2009.

DEL BIANCO, Nelia, R. *Aprendizagem por Rádio*". In: Educação a Distância: O estado da Arte. Person, São Paulo, 2009.

LITTO, Frederic Michael. *O atual cenário internacional da EAD*. In: Educação a Distância: O estado da Arte. Person, São Paulo, 2009.

LÜDKE, M. & e ANDRÉ, M. *Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa Etnográfica e o estudo de Caso*. In: Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas. Cap. 2, p.11-24. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Gil, da Costa & CAVALCANTE, Carolina Costa. *Educação a distância na universidade de São Paulo: Desafios no processo de implantação de um novo modelo educacional*. In: ETD – Educação Temática Digital, Vol. 10, No 2, jun, Campinas, 2009, pp. 37-53.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. *Distance education: a systems view*. Belmont: Wadsworth Publishing Company, 1996.

MORAN, M. *Novos caminhos do ensino a distância*. In: Informe Cead – Centro de Educação a Distância – SENAI, Ano 1, No 5, out/dez, Rio de Janeiro, 1994.

NUNES, Ivônio Barros. *A História da EAD no Mundo*. In: Educação a Distância: O estado da Arte. São Paulo: Pearson, 2009.

PALHARES, Roberto. *Aprendizagem por correspondência*. In: Educação a Distância: O estado da Arte. São Paulo: Pearson, 2009.

SARAIVA, Terezinha. *Educação a Distância no Brasil: lições da história*. In: Em Aberto, Ano 16, No 70, abr/jun, Brasília, 1996.

SUETH, J. C. R. et al. *A Trajetória de 100 Anos dos Eternos Titãs: Da escola de Aprendizes Artífices ao Instituto Federal*. IFES, Vitória, 2009.

VALENTE, José Arnaldo. *Aprendizagem por computador sem ligação à rede*. In Educação a Distância: O estado da Arte. São Paulo: Pearson, 2009.